

CASAS SENHORIAIS E SEUS INTERIORES EM DEBATE

ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Organização
Ana Pessoa
Marcia Nunes

Casas senhoriais e seus
interiores em debate:
estudos luso-brasileiros

ORGANIZAÇÃO
Ana Pessoa
Márcia Nunes

Casas senhoriais e seus interiores em debate: estudos luso-brasileiros

Fundação  **Casa de Rui Barbosa**

Rio de Janeiro
2021

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Turismo
Carlos Alberto Gomes de Brito

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Presidente
Letícia Dornelles

Diretor Executivo
Carlos Fernando Corbage Rabello

Diretora do Centro de Pesquisa
Marta Maria Alonso de Siqueira

Chefe do Setor de História
Marcos Guedes Veneu

Chefe do Setor de Editoração
Benjamin Albagli Neto

Fotografia da capa
Edson Silva de Aquino Júnior

Preparação de Texto
Lucas Giron | Tikinet

Projeto gráfico e Diagramação
Nero Corrêa | Tikinet

Ficha catalográfica

Casas senhoriais e seus interiores em debate [recurso eletrônico]:
estudos luso-brasileiros / organização Ana Pessoa; Márcia
Nunes. -- Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa,
2021.
70.204 *Kbytes* ; PDF (704 p.)
ISBN 978-65-88295-10-6

1. Casa senhorial. I. Pessoa, Ana, org. II. Nunes, Márcia, org.

CDD 728.372

Bibliotecária: Letícia Krauss Provenzano - CRB-7/6334

Fundação Casa de Rui Barbosa
Rua São Clemente 134, Botafogo
22260-000, Rio de Janeiro, RJ
www.casaruibarbosa.gov.br

Sumário

Apresentação	8
I. Proprietários, mecenas e artistas: vivências e rituais	13
Casa São Roque: enobrecer uma residência simples	14
<i>Domingos Távares</i>	
A casa senhorial urbana de Sebastião de Barros Silva em Limeira-SP	33
<i>Renata Baesso Pereira</i> <i>Ana Clara Lambert Rodrigues</i>	
Sobre baronesas, pincéis e decoração: Francisca Breves, a baronesa de Guararema	54
<i>Ana Pessoa</i> <i>Ana Lúcia Vieira Santos</i> <i>Douglas Fasolato</i>	
Entre dois mundos: casas rurais e urbanas da família Carneiro Leão	73
<i>Ana Lúcia Vieira dos Santos</i> <i>Ana Pessoa</i> <i>Douglas Fasolato</i>	
As origens da Chácara do Paraíso, em Nova Friburgo	90
<i>Carolina de Moraes Calvente</i>	
Arquitetura e vida moderna: casas e palacetes da nova capital de Minas	107
<i>Ricardo Giannetti</i>	
José Sidrim: um senhor das casas senhoriais	124
<i>Ana Léa Nassar Matos</i>	
Grafia dos afetos: cartas a José Sidrim e a relação entre proprietários e construtores na Belém do ecletismo	141
<i>Mateus Carvalho Nunes</i> <i>Pietra Paes Barreto</i>	
Palacete Orlando Lima – Belém-PA	162
<i>Dulcília Maneschy Corrêa Acatuassu Nunes</i>	
Solar Barão de Guajará: de residência de Domingos Antônio Raiol a Instituto Histórico Geográfico do Pará	176
<i>Elna Maria Andersen Trindade</i> <i>Francianny Keyla Cabral Moraes</i>	
Uma residência aformoseada por um bosque: o Palacete Amyntas de Lemos	193
<i>Maria de Nazaré Sarges</i> <i>Luís Augusto Barbosa Quaresma</i>	
II. Identificação das estruturas e dos programas distributivos e o estudo de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço	208
Espaços do feminino na casa senhorial: da câmara e do estrado à casa de estrado, casa de lavor e toucador	209
<i>Helder Carita</i>	

Das alcovas à prataria: o programa distributivo original do Palácio Itapura (Campinas-SP, 1883-1902) a partir da análise de inventários	231
<i>Ana Beatris F. Menegaldo</i>	
<i>Renata Baesso Pereira</i>	
Solar Monjardim: da casa colonial à casa-museu – Vitória (ES)	260
<i>Luciana Nemer Diniz</i>	
Morar aristocrático no Flamengo: particularidades da residência	
Martins de Almeida	276
<i>Denise Vianna Nunes</i>	
A casa senhorial do Engenho Murutucu: análise tipológica e morfológica e a essência reconhecida nos desenhos de Serlio e Palladio	290
<i>José Marques Morgado Neto</i>	
<i>Fernando Luiz Távares Marques</i>	
Acessos, circulações e hierarquias: as transformações na compreensão do espaço residencial no Palacete Bolonha	320
<i>Cybelle S. Miranda</i>	
<i>Caroline Meireles F. Rodrigues</i>	
<i>Ailla Caroline de Carvalho Raiol</i>	
Cronologia construtiva e decorativa do Palacete Bibi Costa como expressão do <i>zeitgeist</i> em Belém do Pará	335
<i>Cybelle S. Miranda</i>	
<i>Ronaldo Marques de Carvalho</i>	
<i>Beatriz M. Maneschy</i>	
Classicismo no Solar do Barão do Guamá: estudos de planos e volumes de uma casa burguesa em Belém do Pará	354
<i>Cybelle S. Miranda</i>	
<i>Ronaldo Marques de Carvalho</i>	
<i>Vithória C. da Silva</i>	
Palacete Aurélia Passarinho: o jardim e a moradia	375
<i>Pietra Paes Barreto</i>	
<i>Ana Léa Nassar Matos</i>	
III. A ornamentação fixa: azulejos, tetos, talhas, pinturas, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés/lareiras, janelas, portas, para-ventos e outros bens integrados	389
O ecletismo no Palácio de Landi: análise ornamental e espacial da intervenção de Augusto Montenegro	390
<i>Elna Maria Andersen Trindade</i>	
<i>Mateus Carvalho Nunes</i>	
Parque da Residência: a casa dos governadores do Pará no século XX	411
<i>Edson Silva de Aquino Júnior</i>	
<i>Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes</i>	
O uso do ferro nos palacetes de Belém: Paris N'América, Augusto Montenegro e Parque da Residência	423
<i>Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes</i>	

O ornamento na pintura decorativa oitocentista fluminense	438
<i>Ana de Paula Tórem</i>	
Um olhar investigativo sobre pinturas parietais de casa senhorial da Campanha Gaúcha	452
<i>Mônica de Macedo Praz</i>	
<i>Carlos Alberto Ávila Santos</i>	
Papel de parede e as casas senhoriais: a Casa da Hera como exemplo	472
<i>Carlos Gonçalves Terra</i>	
<i>Katia Maria de Souza</i>	
IV. O equipamento móvel nas suas funções específicas e suas relações com o espaço; o conjunto e as circulações das peças; a atmosfera do lugar	486
A heráldica e a aristocratização dos ambientes em Portugal nos séculos XVIII a XX	487
<i>Gonçalo de Vasconcelos e Sousa</i>	
Viver com arte: decoração e coleções nos interiores das casas senhoriais de fins do século XIX em Portugal e Brasil	505
<i>Marize Malta</i>	
Uma viagem pelos interiores senhoriais do Brasil através do mobiliário do Museu Casa da Hera	529
<i>Katia Maria de Souza</i>	
<i>Andreia Maria da Silva</i>	
Trazendo o mundo para dentro de casa: a Casa Museu Eva Klabin no Rio de Janeiro	546
<i>Ruth Levy</i>	

As origens da Chácara do Paraíso, em Nova Friburgo

Carolina de Moraes Calvente¹

Este artigo apresenta os resultados iniciais de um estudo voltado para a trajetória histórica e cultural da Chácara do Paraíso, propriedade com quase 160 anos de existência localizada em Nova Friburgo, município do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa tem como objetivo principal a caracterização da sua evolução construtiva no contexto histórico da região e da genealogia dos proprietários. Neste cenário, busca-se identificar aspectos da tradição familiar que possam ter colaborado para sua preservação.

A chácara é uma antiga propriedade rural que surgiu no início do século XIX e teve o seu desenvolvimento atrelado à criação da cidade, originalmente uma colônia criada na década de 1820 para a ocupação de imigrantes suíços.

A terra inicialmente destinada à exploração agrícola deve sua configuração atual e a de suas instalações a Josephina e José Antônio Marques Braga, bem como a seus descendentes, proprietários desde meados de 1850. Essa família participou da construção da cidade e do desenvolvimento da região desde o início, a partir da união de imigrantes pioneiros.

Situada atualmente em área urbana, a 10 minutos do centro da cidade, a chácara mantém a atmosfera rural, preservando em seu interior a antiga sede, seus jardins e as áreas naturais do entorno. Além de exemplar arquitetônico de uma época, seu valor está associado à sua relação com a história da cidade e de seus proprietários, bem como à importância por eles atribuída à permanência da casa e das suas memórias por seis gerações.

OS PRIMÓRDIOS DO DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO

Na segunda metade do século XVIII, a região que hoje abrange Nova Friburgo estava compreendida nos chamados Sertões do Macacu, área situada entre a serra do Mar e o rio Paraíba do Sul, até então habitada por tribos indígenas. Sua ocupação tardia ocorreu em função de ter sido considerada pelo governo português uma zona estratégica. Por esta razão teve seu acesso restrito durante o ciclo do ouro ocorrido em Minas Gerais ao longo do século XVIII.

Com dificuldades em fiscalizar a área cada vez mais invadida por contrabandistas, sendo o mais famoso deles conhecido como “Mão de Luva”, o governo passou a promover a sua ocupação como forma de controle, fundando em 1785 a freguesia de Cantagalo, que veio a se tornar o principal centro comercial da região.

O território foi então parcelado e ofertado para exploração, inicialmente de minério, e, como esse se mostrou escasso, logo passou-se à exploração agrícola. A preferência na obtenção de terras era para quem tivesse meios para investir na produção, o que resultou na formação de uma aristocracia na região.

Ainda no início do século XIX, a partir da consolidação da cultura cafeeira em finais do século XVIII, a região vivenciou uma grande prosperidade que alcançou seu auge nas décadas de 1850 e 1860. A partir de 1818, durante as negociações para a criação de uma colônia de imigrantes entre dom João VI e o governo suíço, a escolha de sua localização se daria em meio a esse contexto. De fato, o território a ser ocupado pela futura colônia a partir de 1820 seria fisicamente determinado pela compra de três fazendas nas proximidades de Cantagalo: Morro Queimado, São José e Córrego Dantas.²

O SURGIMENTO DA COLÔNIA E A CONSTRUÇÃO DA VILA

A formação do núcleo colonial de Nova Friburgo marca o início de uma política de colonização estrangeira no Brasil voltada para a ocupação e desenvolvimento territorial, dando outro enfoque à cultura puramente exploratória praticada até então.³ A mudança foi impulsionada fundamentalmente pela crise vivenciada pelo império colonial português ante a expansão francesa. Como forma de diversificar os produtos e ampliar o mercado consumidor interno, Portugal viu como solução aumentar o investimento nas colônias, beneficiando sobretudo parceiros como a Inglaterra.

Com efeito, a vinda da família real para o Brasil, em 1808, modificou a situação subsidiária do país, colocando-o no epicentro econômico. O ato mais representativo dessa nova fase foi a abertura dos portos brasileiros, o que eliminou a proteção contra o acesso estrangeiro e ampliou o relacionamento do país com o mundo. A transformação do Rio de Janeiro em capital do império acabou por transformar completamente a realidade local.

A ideia da criação de uma colônia de imigrantes no Brasil partiu inicialmente de Sebastien-Nicolas Gachet, capitalista suíço que via no negócio uma oportunidade de lucrar com o gerenciamento da comercialização dos produtos explorados pelos colonos. Internamente, a pobreza que atingiu a Suíça após o final das guerras napoleônicas fez com que uma das alternativas consideradas pelo governo fosse o deslocamento de parte da população para outros países.

Assim, o projeto foi recebido com simpatia tanto pelo governo da Suíça, que buscava saídas para a miséria enfrentada pela população, como por dom João VI, que viu na proposta uma oportunidade de pôr em prática o povoamento planejado e a formação de mão de obra alternativa à de trabalhadores escravizados no país.

O acordo, que entrou em vigor por decreto de dom João VI em 1818, estabelecia a vinda de 100 famílias suíças católicas, com passagem financiada pelo rei, que seriam naturalizadas assim que chegassem ao porto e morariam inicialmente em casas provisórias, recebendo uma quantidade de terras e sementes, além de subsídio em dinheiro nos dois primeiros anos, bem como isenção de impostos por 10 anos, até 1829.

A escolha da localização da colônia obedeceu à determinação de que devesse estar perto da corte por questões de segurança e proteção do rei e a indicação pela região de Cantagalo e pela Fazenda do Morro Queimado partiu a princípio de monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, nomeado inspetor da futura colônia.⁴

A saga das famílias suíças em seu trajeto para o Brasil foi bastante penosa. Houve inúmeros contratemplos e dificuldades, tais como doenças, problemas financeiros, número de indivíduos que extrapolava o acordo inicial e, finalmente, frustrações com as condições oferecidas na colônia.⁵

Em 1821, quando chegaram as últimas levas de colonos, a cidade estava dividida em três núcleos determinados pela hidrografia.⁶ As 100 casas construídas inicialmente não comportavam a quantidade total de colonos, obrigando famílias a compartilharem residências, num modelo definido por Gachet como “famílias artificiais”. O principal problema residia na improdutividade de muitos lotes destinados aos colonos para a produção agrícola, também conhecidos como *datas* coloniais.

Diante disso, o governo consentiu já no primeiro ano de formação da colônia, a concessão de novas áreas para criação de sítios ou chácaras em terras vizinhas. Nos anos seguintes haveria uma movimentação de colonos em busca de locais mais favoráveis, deslocando-se principalmente para duas direções principais: Cantagalo e Macaé (atual Lumiar).⁷

Um decreto da Câmara Municipal publicado em 5 de maio de 1821 ilustra o atendimento ao pleito dos colonos diante das dificuldades encontradas no cultivo das terras.

Acordaram mais que atendendo os requerimentos que lhes fizeram os colonos suíços e mais portugueses de não terem terras próprias nos seus números que absolutamente nada dão, pediam terrenos provisórios nas terras vizinhas à Vila. Acordaram lhes conceder, provisoriamente, os ditos terrenos para suas chácaras até que se repartissem as terras do Conselho para, então se aforar, em prazo perpétuo e por acharem os requerimentos justos acordaram que se botasse editais para chegar a notícia a todos.⁸

Com os problemas enfrentados somados às dificuldades impostas pelo clima frio e chuvoso e o crescente esvaziamento da vila, fracassa o projeto inicial de colonização da “Suíça Brasileira”. Uma nova leva de aproximadamente 300 imigrantes alemães chegaria a Nova Friburgo em 1824, mas boa parte deles também partiria em busca de condições

climáticas mais amenas principalmente rumo à prosperidade vivida em Cantagalo.

No sentido inverso, Nova Friburgo começa a se reerguer como entreposto comercial por meio do escoamento do café produzido na região, aproveitando-se da alta circulação de tropeiros para alavancar o comércio local. O desenvolvimento da cidade ganha força em 1829, com os trabalhos de urbanização e saneamento promovidos pelo médico Jean Bazet, o que favorece a criação de uma imagem da cidade como local propício para o tratamento e a cura de doenças, que se consolida como uma das suas principais vocações nas décadas seguintes.

Nesse cenário, destaca-se uma das primeiras hospedarias da vila, fundada em 1837 pelo casal de imigrantes Marianne e Guillaume Salusse para receber doentes em busca de tratamento e que prospera rapidamente, tornando-se nos anos seguintes o importante Hotel Salusse, que teve seu auge na década de 1880.⁹

O sucesso do casal franco-suíço é comumente atribuído à grande capacidade empreendedora de Marianne nos negócios bem como nas questões familiares, mediante a criação de redes de relacionamento com pessoas externas à colônia, seja pela atividade hoteleira, seja pelo casamento de seus filhos.¹⁰

O casamento de Josephina, sua filha mais velha, com José Antônio Marques Braga, um homem de negócios da capital, ocorreu a exemplo dessa estratégia. Os dois iriam adquirir muitos bens na cidade, entre eles a Chácara do Paraíso, na década de 1850.

A ORIGEM TERRITORIAL DA PROPRIEDADE

As origens da Chácara do Paraíso remontam à fundação da cidade, na década de 1820. Segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2008), no livro *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*, que narra a trajetória dos proprietários da casa a partir de meados de 1850, considera-se a hipótese de que a propriedade tenha surgido no formato de um lote cedido a colonos para exploração agrícola.

É o que se depreende do documento mais antigo conhecido referente à propriedade, redigido em francês e datado de 10 de junho de 1826. Ali aparecem, como donos da terra chamada Ignames, Jost Voeber, a viúva Marguerite Zahno e a filha desta, Elisabeth. A terra que lhes fora “cedida e atribuída no princípio pela autoridade competente” era, por aquele instrumento, “cedida, vendida e alienada para todo o sempre” a Alexis Thorin.¹¹

Os envolvidos na transação, Voeber, Zahno e Thorin, integram os registros de imigrantes suíços pioneiros que chegaram a Nova Friburgo entre 1819 e 1820.¹²

Há, contudo, uma lacuna documental sobre a situação fundiária da propriedade entre Thorin e José Antônio Marques Braga, que adquire a chácara a partir da década de 1850, pois não foi encontrada a escritura de compra por Marques

Braga. Sabe-se apenas que ambas as propriedades, atribuídas a Thorin e a Marques Braga, possuíam o mesmo nome.

Antes disso, com base no histórico da formação da região, depreende-se que o local tenha sido originalmente parte de uma das sesmarias concedidas para exploração agrícola a partir da criação de Cantagalo, no final do século XVIII, no processo que antecedeu a fundação da cidade.

Em busca de referências ao nome Inhames, ou *Ignames*, como consta do documento original, deparamo-nos com algumas pistas que dão conta de que a área possuía uma configuração mais ampla do que a de um lote apenas, assemelhando-se mais a uma localidade.¹³

Essa conclusão fica clara a partir de três episódios narrados em atas da Câmara Municipal, nos quais o termo é citado primeiramente em 1820, num processo de arrolamento de bens de Nicolas Gachet;¹⁴ em 1833, na construção de uma estrada de ligação da Vila com a fazenda São José;¹⁵ e em 1851, com a medição judicial de terras com fins de pagamento de foro.¹⁶ No primeiro caso, a área aparece em referência a uma fazenda e nos outros dois, como uma região.

A partir disso, a hipótese que nos pareceu mais plausível é que, tendo sido reservada inicialmente por Gachet, a terra teria sido desmembrada de uma das sesmarias compradas para a fundação da cidade, ficando de fora da malha de datas coloniais desenhada inicialmente, como foi o caso também de terras que ficaram com a coroa ou as autoridades envolvidas no planejamento inicial.

Após o seu arrolamento por dívidas, a área deve ter sido dada em concessão a colonos, talvez dividida em lotes menores, mas mantendo o nome da propriedade original como referência da sua localidade, o que explica a ocorrência de diversos lotes de proprietários diferentes na área denominados Inhames, conforme fica claro nos registros encontrados em atas da Câmara Municipal.

Outra suposição, a partir dos registros e documentos encontrados, é que tais propriedades possam ter sido lembrados mais adiante, voltando a configurar uma única propriedade a partir de meados de 1850, pelas mãos de Marques Braga.

A CASA E SUAS ETAPAS CONSTRUTIVAS

Atualmente a chácara é mantida por seus proprietários como um imóvel privado de uso residencial. A propriedade possui cerca de 147 hectares e situa-se em zona urbana, a aproximadamente três quilômetros do centro da cidade. A antiga sede é composta por três casas, sendo a principal e mais antiga uma casa térrea com porão alto e fachada principal em estilo *chalet*, um sobrado e uma casa térrea, ambos em estilo tradicional luso-brasileiro. Complementam o conjunto jardins frontais e laterais e algumas edificações menores no entorno (Figuras 1 e 2).



Figuras 1 e 2 – Fachada frontal e acesso principal. Fonte: acervo particular.

Acesso

Aleia de acesso em
reta frontal de terra
batida faz ligação da
estrada com a casa,
terminando em um
porte-cochère.



Sede

1. Casa principal
2. Cozinha
3. Sobrado
4. Jardins frontais e laterais
5. Curral e edificações de apoio

Para o estudo da casa, foi utilizado como metodologia o estabelecimento de fases ou etapas construtivas, durante as quais as decisões tomadas definiram determinada organização espacial.

Serviram de fio condutor as gerações das famílias que se instalaram e suas respectivas vivências, a partir do marco inicial estabelecido pelo casal Josephina e José Antônio. Foram também consideradas as influências externas exercidas pelas relações de parentesco, que geraram novos repertórios, muitas vezes representados espacialmente por acréscimos, reformas e inserção de novos objetos.

A Figura 3 ilustra as três gerações iniciais da família e correlaciona as fases construtivas pelas quais a casa passou. A primeira fase ocorre durante a gestão do casal Josephina e José Antônio Marques Braga, que se inicia com a compra da casa, em 1858, e se estende até o início da segunda fase, quando seu filho Augusto se casa com Zinha Neves e assume a propriedade, em 1870. Mais adiante, a terceira fase teria seu marco com a gestão da filha mais nova do casal, Pequenina Braga, que junto a seu marido, Vicente Ferreira de Moraes, fica à frente da administração da casa, a partir de 1936.



Figura 3 – Quadro-síntese das fases construtivas da casa em relação à genealogia da família. Fonte: a autora (2019).

Na perspectiva das fases estabelecidas nem sempre a passagem da casa de uma geração para a próxima caracterizou o início de uma nova etapa construtiva. É o caso, por exemplo, da terceira fase, que poderia ter-se iniciado em 1914, pelo fluxo natural de herança, com a morte de Zinha e o recebimento da propriedade por seus cinco filhos. Entretanto uma nova fase será sentida de fato a partir de 1936, com o casal Moraes assumindo a sua administração, conforme detalharemos mais adiante.

Um esquema obtido pela transposição das fases para um modelo gráfico (Figura 4) permite visualizar o crescimento espacial do conjunto a partir do marco inicial proposto.

Adiante veremos mais detalhadamente que as informações extraídas do inventário de José Antonio dão conta de que havia no local apenas

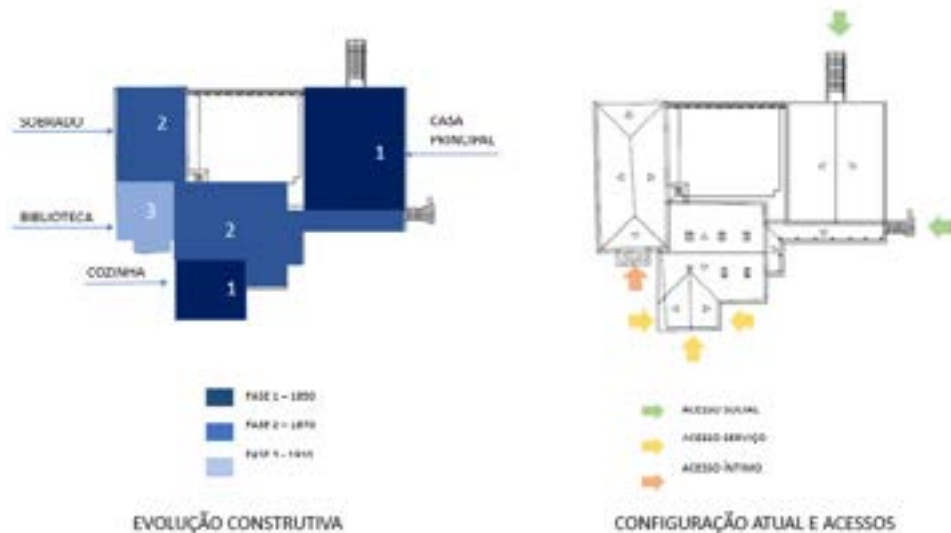


Figura 4 – Planta baixa com esquemas hipotéticos sobre a evolução construtiva da casa. Fonte: a autora (2019).

uma edificação principal e mais benfeitorias, o que se supõe tratar das instalações de uma cozinha, construída separadamente e provavelmente no mesmo local onde hoje permanece. Essa foi, portanto, considerada a primeira fase da casa.

Já na década seguinte, com Augusto e Zinha, período que caracterizamos como segunda fase, supõe-se que as mudanças ocorridas teriam ocasionado a transformação da aparência e da escala da sede, por meio de uma grande reforma que elevou a propriedade a outro patamar.

A principal alteração dessa fase na parte existente parece ter sido na fachada principal em estilo tradicional, que ganha inserções características do Romantismo que a aproximam de um *chalet*, assim como um telhado de duas águas voltado para a fachada frontal, arrematadas por lambrequins rendilhados de madeira, por exemplo.¹⁷ Além disso, há uma adição de um sobrado à direita da casa principal, inaugurando uma nova ala íntima no conjunto, e é provável que tenha havido ainda uma extensão do bloco da cozinha, aproximando-o da casa principal. A partir dessas alterações, delimitam-se também as áreas externas, passeios e jardins, assim como edículas de apoio, tais como viveiros de animais, curral, garagens, hortas (Figura 5).

Após 1936, mais uma grande reforma foi promovida pelo casal Vicente e Pequenina, que não só estendeu a área do sobrado para abrigar o gabinete de Vicente, como também realizou uma ampla reforma de modernização da casa, principalmente dos banheiros e cozinha.

Ao analisar as mudanças ocorridas em momentos distintos, nota-se uma constante busca pela adequação da casa às atividades relacionadas

ao estilo de vida dos proprietários, o que é especialmente perceptível na segunda e na terceira geração devido à intensa movimentação social que lhes era característica e que se refletiu claramente no uso da casa e na sua configuração.

Em meio à urgência de modernização, parece haver um padrão característico familiar em tentar manter vestígios da história e das gerações anteriores. A exemplo do casal Zinha e Augusto, os sinais dessa mistura aparecem no resultado híbrido de partes da casa construídas na mesma época, parcialmente incorporando elementos de um estilo arquitetônico recentemente inserido no contexto local, a um partido tradicional. Em outro momento, isso se nota por meio da inserção de novas peças de mobília em meio a peças antigas, sem que haja em nenhum momento uma renovação completa.

Com Vicente e Pequeninina recém-chegados de uma longa temporada na Europa, a modernidade se concretizou no plano infraestrutural, introduzindo na casa elementos que propiciavam mais conforto, tais como banheiros com instalações hidráulicas modernas e voltados para o interior da residência. A construção de um gabinete de trabalho particular para Vicente representou o surgimento de um cômodo dedicado a uma atividade específica na casa com uma subdivisão do setor íntimo em espaço de trabalho com acesso ao setor social.¹⁸

A análise da circulação e dos diversos pontos de acesso que existem atualmente é evidência conclusiva do crescimento orgânico da casa, onde os novos usos foram sendo adicionados sobrepondo-se aos que já existiam,



Figura 5 – Fotografia do conjunto lateral à casa principal onde aparecem o sobrado e bloco da cozinha. Fonte: a autora (2019).

e os “caminhos” foram sendo adaptados sem que houvesse uma racionalidade, o que permitiu várias possibilidades de trajeto.

Uma terceira e última grande reforma foi realizada na década de 1960 pelos filhos de Vicente e Pequenina. Embora não seja objeto deste artigo, cumpre registrar que a ideia central da mudança denotava uma visão da propriedade como casa de campo, com claro foco no setor social e áreas externas. Segundo o relato de familiares, a inscrição do ano 1821 na empena da fachada principal teria sido incorporada nesse momento em homenagem à fundação da cidade, mais uma evidência do padrão familiar de incorporar os elementos do passado nas reformas do presente (Figura 5).

FASE 1: CHÁCARA DOS INHAMES

Segundo a memória familiar, foi Josephina quem convenceu o marido a comprar a chácara, a título de investimento, entre tantos imóveis adquiridos pelo casal no intervalo entre 1845 e 1864. Guarda-se dessa época a ideia de que o local foi pouco utilizado pelos donos, que preferiam a vida na cidade e dificilmente teriam realizado alguma grande benfeitoria ali.

O pouco que se sabe sobre esse momento inicial pode ser extraído com mais segurança do inventário de José Antônio, falecido em 1864, cinco anos depois da suposta compra da casa, em 1858, que descreve o imóvel como “Uma chácara denominada Inhames com uma casa de vivenda com 51 palmos de frente e 64 de fundos, coberta de telha e todas as mais benfeitorias”.¹⁹

Por comparação, supõe-se que a menção tivesse sido à casa principal e, ainda, que essa construção era assistida por uma cozinha externa, descrita no inventário como benfeitoria. É também por meio desse documento que se conhece a lista de 10 peças de mobília, 28 animais e cinco trabalhadores escravizados adultos, o que eventualmente fornece pistas sobre a configuração interna da casa, bem como seu funcionamento.

As breves informações encontradas ensejam que as atividades desenvolvidas ali eram domésticas e esporádicas, já que não havia indícios de uma produção agrícola expressiva ou de um número de objetos e serviços que sustentasse o uso residencial ou social na forma cotidiana, mesmo para os modestos padrões locais. Colabora com essa ideia a informação de que o casal possuía recursos e um estilo sofisticado de vida, o que a essa altura do desenvolvimento da cidade os aproximava mais da vida urbana e suas crescentes novidades.

José Antônio Marques Braga, nascido no Rio de Janeiro em 1820, era filho de um importante comerciante português baseado na corte. Em 1843, aos 16 anos, retornando de sua formação educacional na Inglaterra, estabeleceu-se em Friburgo, casando-se com Josephina Salusse em 1845. Juntos tiveram dois filhos, José Antônio (Juca) e Augusto. Construiu seu patrimônio com a ajuda de recursos recebidos por herança de sua mãe a partir de investimentos

feitos em imóveis na cidade, tais como terrenos ao redor da praça principal, a Chácara dos Inhames e a fazenda São Bento.

Por conta disso, a família desfrutou de uma vida confortável, com padrões acima da média usual na cidade. Um dos destaques do inventário foi uma biblioteca com mais de 100 obras, o que revelava seu perfil intelectual. José Antônio participou ainda da política local como vereador, a partir de 1862.

Mesmo que na evolução da história da chácara o nome de Marques Braga tenha ficado em evidência como a linhagem dominante entre os proprietários, foi a figura de Marianne Salusse, mãe de Josephina, que vigorou como a grande matriarca, agregando as memórias familiares em torno de sua imagem e história de vida, como a mítica *Grand Maman*, ao longo das gerações seguintes: “ A história de Marianne é contada como uma saga por seus descendentes, que a consideram a figura central da família, por sua obstinação e capacidade de trabalho”.²⁰

Dois anos depois da morte do marido, em 1864, Josephina se casou com Galiano Emílio das Neves e teve com ele mais um filho. A chácara, contudo, coube por herança a Augusto, que ao voltar da Europa casou-se com Adelaide (Zinha) das Neves e passou a assumir a propriedade.

Até esse momento as informações disponíveis permitiram traçar um perfil da então Chácara dos Inhames como uma habitação rural modesta com porão alto, cujo partido devia seguir o modelo tradicional colonial utilizado no país, conforme descrição de Nestor Goulart.²¹ Possuía dois ou três quartos, ligados diretamente a um ambiente maior de estar, uma sala de jantar e uma cozinha construída separadamente. Tratava-se, portanto, de um programa voltado para o uso íntimo familiar.

Acreditamos que o aparecimento de chácaras e sítios em Nova Friburgo se relacionou inicialmente com a movimentação de colonos, em razão da exploração agrícola nas datas coloniais, que eram lotes maiores do que os urbanos e menores do que as sesmarias e fazendas de café da região, localizados em uma zona de transição entre esses dois territórios.

Como uma ocupação intermediária, entre a zona urbana e a rural, estavam presentes nas chácaras os elementos da cultura agrícola em pequena escala ou de subsistência, bem como algumas atividades semi-industriais que se valiam da proximidade de um centro urbano e suas facilidades, mesmo que pequeno como Nova Friburgo.²² Esse nos pareceu ser o caso da Chácara dos Inhames, estando mais latente nesta fase o aspecto agrícola do que o urbano.

FASE 2: CHÁCARA DE AUGUSTO E ZINHA BRAGA

A comparação do inventário de Augusto Marques Braga, falecido em 1895, 25 anos após herdar a chácara, com o de seu pai demonstra um crescimento substancial de benfeitorias, objetos e móveis (já arrolados por cômodo) sem,

entretanto, fazer menções específicas a reformas, construção de novas alas ou ampliações.

Para além desse documento e suas valiosas informações, acreditamos ter sido justamente esse o momento de uma grande reforma, com alteração de fachada, formatação do acesso e dos jardins, ampliação da área da cozinha e inclusão do sobrado lateral.

O que nos leva a esse raciocínio é a junção de várias informações complementares, partindo-se da premissa de que uma mudança substancial ocorreu em algum momento após a morte de José Antônio, pois a descrição da casa em seu inventário é bastante clara e dá conta de que ela era bem menor do que é hoje.

Adicionalmente, a memória familiar atribui a essa fase a construção do sobrado lateral à casa principal, que segundo alguns teria sido erguido por ordem de Josephina para hospedar o filho, a nora e os netos, enquanto outros atribuem a sua criação ao próprio casal, o que nos parece mais plausível.

Também não foi possível determinar quando se deu a intervenção na fachada da casa principal para aproximar-se da aparência de *chalet* (Figura 6). Sabe-se que essa configuração – frontão triangular, decorado com estuque ou com recorte de madeira, protegido por beirais, prolongamento das águas do telhado, arrematados por lambrequins de madeira recortados –,²³ foi inspirada nas habitações alpinas e divulgada pelo Romantismo, largamente adotado na Europa a partir dos meados do século.



Figura 6 – Fotografia da casa no início do século XX (1908?). Fonte: arquivo pessoal.

O modelo havia sido introduzido em Nova Friburgo na década de 1860, na Chácara do Chalet, casa de campo da família Clemente Pinto, do barão de Nova Friburgo. A casa foi projetada pelo arquiteto alemão Carl Waehneltdt,²⁴ cujo plano foi apresentado, entre outros projetos, na Exposição Geral de Belas Artes, em 1862, e seria construída na mesma década.²⁵

Os registros do inventário de Augusto indicam um crescimento material notável no período, o que está de acordo com a ideia de que o casal possuía meios para investir na propriedade e, não só isso, nutria grande interesse por ela. Além disso, a inauguração das ferrovias ligando a região ao Rio de Janeiro, com o objetivo principal de escoar a produção cafeeira de Cantagalo, ampliou a oferta de produtos, a circulação de pessoas e o surgimento de serviços na cidade, transformando definitivamente a realidade local.

É certo que a chácara passou a ser utilizada com mais frequência, pois ambos cultivavam intensa movimentação social e, apesar de residirem no centro da cidade, consideravam o local uma agradável propriedade campestre. São dessa época matérias publicadas na imprensa local narrando eventos sociais na chácara de dona Zinha Braga,²⁶ com destaque para um animado piquenique realizado em 1902 (Figura 7), que deslocou um grupo de convidados ilustres da sociedade em comitiva até o local, merecendo ao final um poético relato do jornal *A Sentinella*.

Admirável era então a vista que se descortinava: as colinas tão caprichosamente arborizadas iam em suaves rampas morrer na esplanada verdejante no meio da qual se erguia garbosa e iriada, uma torre Eiffel de flores com 30 metros de altura, alegoria ao grande monumento de Paris, e limitando esta paisagem de tão palpitante beleza, as curvas sinuosas das montanhas que circundam aquela chácara encantadora.²⁷



Figura 7 – Piquenique na Chácara, 1902. Fonte: Ferreira (2008).

Augusto foi um ilustre personagem da cidade. Major da Guarda Nacional e chefe do Partido Republicano, ajudou a fundar a Sociedade Musical Campesina Friburguense e o Friburgo Jockey-Club,²⁸ além de criar cavalos de corrida na chácara. Zinha Neves havia crescido em São João del Rey e era sobrinha de Galiano Emílio das Neves, segundo marido de Josephina. Do casamento com Augusto nasceram oito filhos, dos quais sobreviveram Maria José (Neném), José Antônio (Juquinha), Augusto (Gugusto), Adelaide (Pequenina) e João Batista.

Após a precoce morte de Augusto, a viúva manteve a movimentação social no local, entretanto parece mais provável que a reforma tenha ocorrido enquanto o marido ainda era vivo, tal o esforço que parece ter envolvido.

Não restam dúvidas de que as alterações realizadas foram determinantes na transformação da identidade da chácara como espaço de lazer, que mais a aproximava da cena urbana, enquanto o antigo aspecto rural passou a ser figurativo, no âmbito do Romantismo, promovendo a reprodução de um estilo de vida saudável e bucólico, próximo aos valores da aristocracia rural dominante na região.

Essa nova dinâmica transpareceu também na disposição interna dos cômodos, por meio do aumento do setor social, antes praticamente inexistente, que surge com a abertura da casa principal, a criação de uma varanda frontal com capela, e do deslocamento do setor íntimo para o novo sobrado. A consequência direta do aumento desses dois setores é a ampliação do setor de serviço, com o aumento da cozinha e a separação de uma copa, ou cozinha “limpa”, quartos de guarda de mantimentos, despensa para conservas e produtos produzidos localmente para uso interno (pré-industrializados).

FASE 3: CHÁCARA DO PARAÍSO

Da morte de Augusto, em 1895, até 1936, data em que sua filha Pequenina e o marido Vicente passam a gerir a propriedade, passam-se cerca de 40 anos, intervalo em que não se tem registros de obras de reforma ou acréscimos.

Acredita-se que a viúva Zinha Braga e seus filhos tenham permanecido na residência do centro da cidade e que a Chácara seguiu sendo frequentada de forma temporária, mantendo-se lá os eventos sociais, talvez com menos assiduidade. Após sua morte, em 1914, a casa passou a pertencer aos seus filhos – o mais novo já se encontrava com 26 anos. As duas filhas, Neném e Pequenina, haviam se casado, de modo que coube aos filhos homens, Juquinha, Gugusto e João, cuidarem da propriedade diretamente nos 22 anos que se seguiram, período em que a casa foi utilizada principalmente para encontros familiares.

A filha mais nova, Adelaide (Pequenina), casou-se em 1910 com Vicente Ferreira de Moraes e iniciou a vida morando na Europa. Vicente era neto de João Antônio de Moraes, barão de Duas Barras, um cafeicultor que havia se

estabelecido na região de Cantagalo desde meados de 1830, legando a seus descendentes um sólido patrimônio.

Ao retornarem ao Brasil, em 1932, um episódio de crise envolvendo a cessão da chácara como garantia de um negócio deflagra um risco de perda da propriedade. Para salvar o imóvel e atender ao desejo de Pequenina, que ali depositava as lembranças da sua infância,²⁹ Vicente decide então quitar a dívida, tornando-se junto com a esposa o novo proprietário da casa, que passa novamente às mãos de um único dono.

Com Vicente e Pequenina à frente de sua administração, a Chácara do Paraíso, como seria então mais conhecida, passou por uma nova grande reforma. Nesse momento, foi introduzido o conforto moderno, adequando a casa para estadias mais prolongadas e adaptando-a aos modos de morar vivenciados na Europa. Além das instalações hidráulicas e da construção da biblioteca, houve também a modernização da cozinha e da ala de empregados, possivelmente prevendo ampliação e refinamento dos serviços domésticos, tendo em vista a volta de uma intensa movimentação social exercida pelo casal, especialmente por Pequenina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa etapa da pesquisa, é marcante em nossa observação o histórico de transformações pelas quais a casa passou ao longo dos últimos 160 anos, as quais tiveram um caráter atualizador, mais do que de rompimento com as configurações antigas, mantendo-se sobretudo os registros das vivências das gerações anteriores, possivelmente em sinal de respeito e culto às tradições familiares.

Nesse sentido, pode-se observar que um aspecto relevante que favoreceu a preservação do imóvel na sua transição entre as gerações foi o protagonismo de um proprietário único, ou um casal de proprietários perante cada administração, não obstante a existência de outros herdeiros. Na transição da primeira para a segunda fase, isso ocorreu de forma consciente, quando José Antônio destinou o imóvel somente a Augusto. Na terceira fase, essa unificação ocorreu circunstancialmente, pela compra da parte dos irmãos por Pequenina e Vicente, fazendo com que a propriedade voltasse às mãos de um único dono.

O critério utilizado para a caracterização das fases construtivas da casa foi principalmente o surgimento de um novo propósito que aglutinou razões e escolhas, gerando as principais mudanças espaciais. Somaram-se a isso a existência de recursos financeiros que possibilitaram a sua realização e a liberdade de ação, como já dissemos, favorecida pela administração de um único dono. Esse processo extrapola a simples transição da propriedade através do fluxo natural de herdeiros e por essa razão optamos por caracterizá-lo como um fator determinante.

De maneira complementar, observou-se que a permanência da propriedade na família permitiu que houvesse um elo entre mudanças, o que se evidencia pela preservação das suas características formais principais e dos elementos que guardam a memória das gerações anteriores ao longo do tempo.

A reconstrução da trajetória da casa tem se valido de documentação primária e inventários e atas da Câmara Municipal, bem como de contribuições de memorialistas locais, em especial de estudo sobre a família, suas relações sociais,³⁰ e relatos de familiares.

NOTAS

- 1 Carolina de Moraes Calvente é licenciada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e tem especialização em Sustentabilidade pela Universidade Federal Fluminense (2010). Ingressou no programa de pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa em 2018. Tem experiência nos setores privado e público, como coordenadora de projetos, atuando na área de planejamento urbano e patrimônio cultural. E-mail: carolcalvente@hotmail.com.
- 2 MELNIXENCO, Vanessa Cristina. *Nova Friburgo 200 anos: da memória do passado ao projeto de futuro*. Nova Friburgo: Novas Direções, 2018. p. 21-23. Disponível em: <<https://sites.google.com/djoaovi.com/fundacaodjoaovi/arquivo/nova-friburgo-200-anos>>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- 3 DUARTE, Fernanda Regina Pereira. *Nova Friburgo: um estudo sobre identidade urbanística*. Brasília, 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. p. 70. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4128>>. Acesso em: 4 ago. 2019.
- 4 MELNIXENCO, Vanessa Cristina. *Nova Friburgo 200 anos*, p. 34-40
- 5 NICOLIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.
- 6 MELNIXENCO, Vanessa Cristina. *Nova Friburgo 200 anos*, p. 57
- 7 MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crise no mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. Niterói, 2003. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. p. 263.
- 8 ATAS da Câmara da Vila de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo: Fundação D. João VI, 2015. p. 19. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/IzPOcgx-dDIFdb2lPgq-UgnfX13_vdVrMu>. Acesso em: 27 jul. 2019.
- 9 Marianne Joset, emigrou de Courfayve, na Suíça, para o Brasil com 13 anos de idade, em 1819, junto com a primeira leva de imigrantes pioneiros que chegou a Friburgo. Após uma difícil travessia, e tendo perdido a mãe e dois irmãos na viagem, foi morar e trabalhar na colônia na companhia de seu pai, possivelmente na lavoura ou comércio, até se casar, em 1830, com Guillaume Salusse, um capitão da marinha mercante francesa que chegara ao Brasil em 1923. BITTENCOURT-SAMPAIO, Sérgio Ioset Salusse. *O Hotel Salusse em Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: ZMF, 1997.
- 10 FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008. p. 62
- 11 *Ibid.*, p. 17.
- 12 BON, Henrique. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da Independência*. 2. ed. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004.
- 13 Segundo o historiador Jorge Miguel Mayer, há também uma referência ao termo Inhames atribuído à região de Macaé, ou Macahé, atual região do distrito de Lumiar.
- 14 MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crise no mundo caipira*, p.97.
- 15 ATAS da Câmara da Vila de Nova Friburgo, p. 691.
- 16 Nos dois primeiros casos, as menções são para a área em sua totalidade, ou seja, tanto quando Gachet aparece como proprietário da Fazenda dos Inhames, quanto quando se fala na construção

- de uma estrada na direção dos Inhames, transparece a imagem do local como se ele fosse uma região. No último caso essa ideia é reforçada pela citação de vários indivíduos, proprietários ou herdeiros de sítios e chácaras nos Inhames, evidenciando que havia mais de uma propriedade com o mesmo nome. Quando, em 1859, a câmara registra a conclusão da medição da propriedade de José Antônio Marques Braga, o faz se referindo a ela como uma Chácara nos Inhames, confirmando mais uma vez a existência da região. ATAS da Câmara da Vila de Nova Friburgo, p. 833.
- 17 Segundo Paulo F. Santos, podem ser referidos como elementos de fundo romântico: o modismo dos *chalets*, os jardins e a persistência da casa de formas tradicionais. Os *chalets* apareceram no Rio de Janeiro entre 1875 e 1895, com a concentração máxima na década de 1980. SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: Instituto dos Arquitetos Brasileiros, 1981. p. 66.
 - 18 ABRAHÃO, Eliane Morelli. *Morar e viver na cidade: Campinas (1850-1900): mobiliário e utensílios domésticos*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 77.
 - 19 Inventário de José Antônio Marques Braga, 1864, acervo particular.
 - 20 FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família*, p. 53
 - 21 “Cabe reconhecer que durante grande parte do século XIX as residências construídas nas várias regiões do Brasil, tanto no meio urbano, quanto no rural, aproximaram-se, em sua organização interna e em seus aspectos construtivos, inclusive nos detalhes, dos padrões coloniais”. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 136
 - 22 HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Palacete Paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
 - 23 ALCÂNTARA, Dora. *As fazendas do Vale do Paraíba: o começo de uma caminhada*. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/26_dora-alcantara.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.
 - 24 Engenheiro-arquiteto, nascido em 1830, na cidade prussiana de Fürstenthal, no Brandemburgo, que atuou no Brasil de 1852 a 1870, quando realizou os principais projetos da família Clemente Pinto – o palácio Nova Friburgo, no Catete, Palácio do Gavião, em Cantagalo, e a chácara. Ele projetou também estação terminal da Estação de Ferro d. Pedro II e do zimbório e as fachadas da Igreja da Candelária. Retornou com a família para Alemanha, já com a saúde abalada, tendo falecido em Berlim em 1873. MELLO JUNIOR, Donato. O arquiteto Gustav Waehneltd. *Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 54-62, 1990.
 - 25 AMADURO, Camila Dias. Os jardins da Chácara do Challet: uma análise da atuação de Glaziou em Nova Friburgo. *19&20*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/jardins_glaziou.htm>. Acesso em: 13 abr. 2020.
 - 26 FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família*, p. 18.
 - 27 A SENTINELLA. *O Picnic*, Nova Friburgo, 23 mar. 1902.
 - 28 RUA Major Augusto Marques Braga: o cavaleiro que amava música. *A Voz da Serra*, Nova Friburgo, 19 maio 2014.
 - 29 FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família*, p. 23.
 - 30 *Ibid.*